

DEBATE EPISTEMOLÓGICO PARA O ENTENDIMENTO DA PESQUISA FEMINISTA CONSTRUCIONISTA SOCIAL

DEBATE EPISTEMOLÓGICO A LA COMPRESIÓN DE LA INVESTIGACIÓN FEMINISTA SOCIAL CONSTRUCIONISTA
EPISTEMOLOGICAL DEBATE TO THE UNDERSTANDING OF FEMINIST SOCIAL CONSTRUCTIONIST RESEARCH

Domitila Shizue Kawakami Gonzaga¹, Carla Guanaes-Lorenzi¹ e Conceição Nogueira²

¹ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP/Brasil

² Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo estabelecer um diálogo entre as pesquisas construcionista social e feminista, destacando aproximações e possíveis tensões. Nossa discussão se faz a partir da sugestão da divisão da pesquisa feminista em três momentos: empiricista, standpoint e pós-moderno. Sugerimos que a interface entre as pesquisas construcionista social e feminista pós-moderna propõe a problematização de verdades universais, a partir da noção da construção social das realidades. A proposição epistemológica dessa interface é política e relacional, potencializa práticas pelo alargamento de possíveis temas e métodos de pesquisa, com especial interesse pelos efeitos de discursos opressivos para o cotidiano. Este artigo tem como principal contribuição o convite para que a comunidade científica se aproxime dos movimentos sociais feministas, reconhecendo suas demandas latentes e urgentes para transformação da sociedade.

Palavras-chave: Epistemologia; Feminismo; Psicologia social; Construcionismo social; Pesquisa feminista construcionista social.

Abstract: In this article, we aim to establish a dialogue between social constructionist and feminist research, highlighting similarities and possible tensions. Our discussion is based on the suggestion of dividing feminist research into three moments: empiricist, standpoint and postmodern. We suggest that the interface between social constructionist and postmodern feminist research proposes the problematization of universal truths, based on the notion of the social construction of realities. The epistemological proposition of this interface is political and relational, it potentiates practices by expanding possible themes and research methods, with a special interest in the effects of oppressive discourses on everyday life. The main contribution of this article is to invite the scientific community to approach feminist social movements, recognizing their latent and urgent demands for the transformation of society.

Keywords: Epistemology; Feminism; Social psychology; Social constructionism; Feminist social constructionist research.

Resumen: En este artículo, pretendemos establecer un diálogo entre la investigación construcionista social y la feminista, destacando similitudes y posibles tensiones. Nuestra discusión se basa en la sugerencia de dividir la investigación feminista en tres momentos: empirista, de punto de vista y posmoderna. Sugerimos que la interfaz entre la investigación construcionista social y la feminista posmoderna propone la problematización de las verdades universales, a partir de la noción de construcción social de las realidades. La propuesta epistemológica de esta interfaz es política y relacional, potencializa prácticas al ampliar posibles temas y métodos de investigación, con especial interés en los efectos de los discursos opresores en la vida cotidiana. El principal aporte de este artículo es invitar a la comunidad científica a acercarse a los movimientos sociales feministas, reconociendo sus demandas latentes y urgentes para la transformación de la sociedad.

Palabras clave: Epistemología; Feminismo; Psicología social; Construcionismo social; Investigación feminista construcionista social.

Introdução

Neste artigo, temos como objetivo estabelecer um diálogo entre as pesquisas construcionista social e feminista, destacando aproximações e possíveis tensões. Desse modo, por meio de uma retomada histórica, buscamos apresentar diferentes momentos da pesquisa feminista tal como são reconhecidos em um ocidente hegemônico. Em seguida, buscamos discutir sobre como, ao ser atravessada pelas contribuições pós-modernas, a pesquisa feminista aproxima-se das proposições construcionistas sociais acerca da ciência, sobretudo ao compreendê-la como prática social. Finalizamos discutindo potencialidades da definição de uma pesquisa feminista construcionista social, visando destacar o comprometimento de um fazer pesquisa engajada com o respeito à diversidade e pluralidade de visões de mundo, com vistas à transformação social. Destacamos os possíveis efeitos significativos que o campo das práticas terapêuticas se beneficiariam com a leitura crítica dos discursos hegemônicos para a não reprodução de microagressões cotidianas.

Ao tratar de questões epistemológicas, também argumentamos em favor da expansão do vocabulário do que é ciência. Nossa intenção não está em discordar da relevância de qualquer tipo de produção de conhecimento, mas sim em refletir sobre a possibilidade de formatos alternativos, tanto epistemológicos quanto metodológicos. Acreditamos que realidades plurais são provocadas por conhecimentos diversos, feitos por perguntas múltiplas, então apresentadas de forma a respeitar a complexidade do que “é” fazer ciência.

Dessa maneira, nos apresentamos como psicólogas e pesquisadoras feministas e construcionistas sociais, tanto inspiradas nas contribuições sobre a pesquisa feminista construcionista social, bem como em apontar outros debates sensíveis para a constante atualização da pesquisa construcionista social. Como pesquisadoras que se filiam ao processo de transformação social, atentas aos processos históricos e atuais de colonização do poder, saber e ser, parece-nos um processo de coerência com nossa história e posição no mundo acadêmico e social afirmar a pertinência da pesquisa feminista construcionista social.

A pesquisa feminista a partir de marcadores históricos

Nesta primeira parte do texto, apresentaremos aproximações e avanços das epistemologias feministas relacionadas aos processos de produção de conhecimento, com base em movimentos feministas ocidentais. Para tanto, fazemos uma ressalva ética e política de que tais movimentos, como as Ondas Feministas, não dão conta de expressar todos os movimentos feministas em sua complexidade, o que seria reduzir as tantas lutas de mulheres em diferentes partes do mundo, com suas especificidades ao que sugerem as Ondas Feministas. Nesse sentido, há na literatura brasileira autoras que descrevem tais movimentos ocidentais a partir do histórico brasileiro (Montenegro-Ribeiro, Nogueira, & Magalhães, 2021).

Entretanto, a escolha que fazemos que justifica a correlação entre tais movimentos sociais e o construcionismo social se dá por suas contribuições marcadamente ocidentais, tendo, contudo, sido influenciada e sensível às produções de conhecimentos mais diversas. Já adiantamos que suas marcações são históricas, mas não graduais ou cronológicas e que a presença de um movimento não finda o outro, mas que são fases que coexistem até os dias atuais (Narvaz & Koller, 2006).

Nesse breve histórico, nos inspiramos em autoras como Mary Gergen (2001), Sandra Harding (2004) e Conceição Nogueira (2017). O que essas autoras vão ressaltar é que o processo de

construção de conhecimento é contextualizado, situado e político. Dessa forma, os modos de fazer ciência e seus resultados variam com o contexto, ou seja, não é puro e verdadeiro, mas relacional.

Assim, destacamos uma condição: tais movimentos, especialmente os dois primeiros momentos, como será descrito, são baseados em lutas de mulheres que ganharam evidência, ou seja, mulheres que puderam estabelecer relações com instituições legitimadas, como a academia, por exemplo. É notado, então, que grupos de mulheres que estiveram sempre à margem não estiveram incluídas nesses primeiros debates de caráter mais hegemônico.

Como exemplo, destacamos que, embora a Primeira Onda feminista (bastante conhecida como o Movimento das Sufragistas, em favor da legitimidade do voto feminino) seja um movimento importante e legítimo, refletimos sobre as possibilidades e constrangimentos que as ordens sociais impõem para que avancemos ao que é o estabelecido pelo *status quo*. Ademais, nos questionamos a respeito do papel da academia na sustentação de determinados discursos, e na problematização de quem são as pessoas, conteúdos e métodos considerados, por excelência, dignos de estarem em seu cerne.

Mary Gergen (2001) e Conceição Nogueira (2017) retomam o debate epistemológico proposto por Sandra Harding, que apresenta um histórico da pesquisa feminista, dividido em três momentos distintos: o feminismo empiricista, o ponto de vista feminista (*standpoint feminism*) e o feminismo pós-moderno. A primeira etapa desse histórico, por assim dizer, tem influência direta do Iluminismo, da ciência moderna, dos meios de produção fordista e das ideias liberais que fundamentam a base da sociedade democrática na qual vivemos atualmente. Esse momento disseminou entendimentos de que individualmente temos a habilidade de acumular conhecimentos e de que há apenas um modo de fazer ciência – convencionalmente empírico, quantitativo, replicável e generalizante –, sendo esse o verdadeiro produtor de entendimentos sobre o mundo e os modos de conduzir a vida. É nesse cenário que nascem muitas formas de fazer ciência, inclusive a psicologia, compactuando com os fundamentos da modernidade criados pela hegemonia masculina, branca e burguesa.

Mesmo que atuando de forma “*menstream*” – ou seja, de forma hegemônica e masculinamente difundida –, as cientistas feministas empiricistas apresentaram ganhos indubitáveis para a ciência, especialmente por problematizarem espaços e resultados das pesquisas sexistas. Seu ponto de maior crítica não era exatamente ao modo de fazer pesquisa, mas à generalização de resultados. Ou seja, problematizavam uma ciência empírica preocupada em desenvolver pesquisas com participantes homens e traçar linhas de normalidade com base neles, com generalizações que não apenas revelavam a negligência com outros grupos, mas também evidenciavam quem estava no centro da construção desses conhecimentos (Nogueira, 2017).

Com o interesse em avançar para além da reprodução de um modo de fazer pesquisa “*menstream*”, as investigadoras passaram a buscar por formatos mais horizontais de investigação. Assim, partimos para a segunda etapa da história da pesquisa feminista, o ponto de vista feminista, sendo que suas principais contribuições foram a incorporação de métodos qualitativos e o explícito posicionamento político em suas produções (Gergen, 2001; Harding, 2004).

As feministas acadêmicas receberam contribuições da energia dos movimentos políticos da chamada Segunda Onda, especialmente pela luta pelos direitos civis das mulheres – já iniciada com as Sufragistas – por seu avanço nos espaços de ensino superior. Dessa forma, elas passaram a argumentar contra pesquisas que apoiavam noções estereotipadas de mulheres e feminilidade, bem como as que apresentavam resultados que endossavam a superioridade masculina – ou seja, resultados das pesquisas que deliberadamente sustentavam a superioridade masculina (Gergen, 2008).

Conceição Nogueira (2017) argumenta que na Segunda Onda nascem várias teorias feministas que provocam debates de extrema relevância para as mulheres, sob análise das diferenças de poder. Ao incorporar questões políticas do mundo público nas pesquisas, apresentam a relação que há entre o que é estruturalmente social à opressão vivida pelas mulheres nos lares e outros ambientes “privados”, tensionando essa separação tão marcada na modernidade (Neves & Nogueira, 2003). Tal tensionamento é traduzido pelo conhecido *slogan* desta fase do movimento feminista, “o pessoal é político”.

Sandra Harding (2004) apresenta controvérsias políticas e intelectuais para a pesquisa do ponto de vista feminista. A autora percebe um esforço desse movimento em fazer pesquisa engajada, o que a torna original e desafiadora ao incorporar política à pesquisa, mas que não ultrapassa questões teóricas, e, ao não fazê-lo, reproduz normatizações. Assim, de acordo com a autora, contradições do ponto de vista feminista estão em, por exemplo, apostar em métodos qualitativos e narrativos, e em discussões sobre a relação entre participantes e pesquisadoras, mas, paradoxalmente, pautar seu debate pelo crivo essencialista e individualista. Dessa forma, a pesquisa do ponto de vista feminista não ultrapassa distinções marcadas entre o psicológico e biológico, sustentando entendimentos quanto à natureza intrínseca, individual e naturalmente distintas entre homens e mulheres.

As principais críticas a esta epistemologia também contribuíram para um movimento de transição e construção de outro modo de fazer ciência feminista, o feminismo pós-moderno, cuja formulação baseia-se na pluralidade, não na dicotomia. Enquanto o posicionamento do ponto de vista feminista buscava a criação da voz da mulher universal, interessadas em encontrar a diferença da voz do homem, tais pesquisadoras não se atentaram para as diferenças que se dão no próprio grupo das mulheres. Assim, grupos ficaram de fora, como as mulheres negras, indígenas, quilombolas, pobres, com corpos de variadas funcionalidades, idosas ou adolescentes, lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis, provenientes de continentes que não anglo-saxões, entre outras.

O feminismo pós-moderno se apoiou nas diversas contribuições de movimentos de mulheres, cujas vozes vêm denunciando a hegemonia de narrativas a respeito de opressões vividas, reivindicadas por apenas um grupo de mulheres. Tais narrativas hegemônicas tendem a sustentar opressões análogas às do patriarcado, visto a reprodução dos processos de silenciamento e invisibilização das vivências de outros grupos de mulheres (Neves & Nogueira, 2003). Assim, passou a ser urgente o desenvolvimento de pesquisas nas quais se relacionassem as múltiplas opressões. Dentre os movimentos que contribuíram para o caráter de diversidade do feminismo pós-moderno, elencamos o feminismo negro, os estudos decoloniais, o feminismo decolonial e os estudos interseccionais.

O feminismo negro teve um papel central para demarcar a entrada na Terceira Onda feminista, especialmente pelas proposições críticas à epistemologia do ponto de vista feminista. Tal movimento articulou vozes de diversos grupos marginalizados de mulheres ao desafiar a classe média, branca, acadêmica, de corpos sem deficiência que estavam e estão controlando teorias, pesquisas e publicações (Gergen, 2008). Nomes de destaques que podem ser citados aqui são Angela Davis, *bell hooks* (vale lembrar que é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, cuja escolha de nome merece dois apontamentos: o primeiro é sobre a homenagem a sua avó – Bell Blair Hooks –, e o segundo é sobre ser intencionalmente grafado em letras minúsculas, como uma forma de enfatizar suas ideias, e não seu nome, ou qualquer título), Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie, Djamilia Ribeiro, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins e Sueli Carneiro.

Dessa maneira, as feministas da terceira onda propõem a análise das múltiplas identidades, instáveis e incoerentes, presentificadas e que atravessam os diferentes grupos de mulheres. Mulheres com variadas vivências de poder e opressão, a partir dos seus corpos no mundo, e conseqüentemente, diferentes possibilidades e constrangimentos de interações sociais. Tal percepção, destacada por esses movimentos epistemológicos, a respeito das especificidades que diferentes mulheres vivem, varia em muito das produções das primeiras epistemologias, visto o caráter dessas em busca do conhecimento universal e generalizável, respondendo ao grupo “mulher” (Nogueira, Saavedra, & Costa, 2008).

No sentido de afirmar a necessidade de pluralidade de saberes e experiências, para que múltiplas narrativas e epistemologias sejam validadas, são necessárias perspectivas que abordem de forma crítica os processos hegemônicos do fazer ciência, em um giro epistêmico que promova abordagens decoloniais na ciência. Desta forma, Rita Segato (2021), apoiada nos estudos de Aníbal Quijano, aponta que situar a raça como uma ideia-eixo dos estudos decoloniais diz respeito ao reconhecimento da nossa história, marcada pelo apagamento das nossas memórias e censuras provocadas pela colonialidade. A antropóloga entende que gênero e raça devem ser decifrados em seu conjunto e reitera os efeitos da biologização da diferença como um projeto colonial/moderno. Desse processo, deriva a invisibilidade do processo histórico e desresponsabilização de tais apagamentos deliberados por parte do expropriador e espoliador.

Ao nos situarmos como pesquisadoras de um movimento epistemológico do Sul, é válido mencionar o convite de Geni Nuñez (2019) a um processo de descolonização do pensamento. A autora tece uma crítica ao pensamento hegemônico e eurocentrado e traça uma análise a respeito da colonização do pensamento, portanto, da subjetividade, apoiando-se no campo dos estudos decoloniais. Acompanhada de interlocutores que dialogam a respeito dos efeitos da colonização como fenômeno histórico e subjetivo, argumenta que atualmente lidamos com as marcas e efeitos ainda presentes da colonização, momento que é nomeado de colonialidade. Dessa maneira, temos nossos corpos e narrativas atravessados pelos efeitos de um processo de colonização que violentou grupos de pessoas, saberes, formas de produção de conhecimento e possibilidades de descrição de nós. Ou seja, no que diz respeito às relações de saber, poder e de dominação da colonização, ainda nos deparamos com elas no cotidiano e nas práticas sociais.

Especificamente no campo da psicologia, a colonialidade pode ser observada no campo quando se assumem posições individualizantes, que culpabilizam as pessoas como se suas trajetórias pessoais e subjetivas não guardassem relação com a história do país e do mundo (Nuñez, 2019). Como sugerem Andrea Moraes e Patrícia Farias (2018, p. 235): “O pensamento decolonial propõe ainda um novo paradigma, que leva em consideração não apenas a geopolítica, mas também a corpo-política, isto é, a situação geo-histórica e corporalizada que articula a produção de conhecimento”.

Assim, propor estudos feministas que estejam engajados com o processo de mudança social é apontar para uma análise decolonial e interseccional, que acompanhe uma agenda de reparação histórica marcada por processos racistas, misóginos, capacitistas, entre outras violências. De acordo com Geni Nuñez (2019), é um posicionamento de responsabilização coletiva em favor de erradicar as desigualdades, em acolhimento e amparo às dores causadas por um processo de colonização e colonialidade.

Em relação à interseccionalidade, o termo foi apresentado na década de 1980 pela professora universitária, negra e ativista Kimberlé Crenshaw (2004). Seus estudos direcionam as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem, e nessa intersecção diferentes expressões de opressão moldam as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras. Portanto,

denuncia a condição nas quais as mulheres negras (não) se encontram, ou seja, não são representadas pelos discursos feministas, tampouco antirracistas. Assim, retoma a importância da criação de repertórios discursivos para que possamos primeiro entender que situações existem, entendê-las como problemas, para podermos lidar com eles. Argumenta que dizer, falar ou nomear é um ato político necessário para a existência daquilo que se nomeia. É uma posição de linguagem, que dá vocabulário para enfrentarmos os problemas.

Neste momento, é perceptível um envolvimento plural e mais denso entre a academia e os movimentos sociais, que é uma marca de toda a história da pesquisa feminista, e ganha ainda mais corpo nesse momento histórico. O reconhecimento desse encontro participa de um processo que explicita aspectos pouco centrais anteriormente, de modo que muitas vozes, por tempo silenciadas, passaram a ter espaços para se expressar, por vias contra-hegemônicas. A *internet* é um exemplo de veículo central para a extensão e disseminação de movimentos sociais feministas. Não de maneira homogênea e com algumas opiniões contrárias, esse momento pode caracterizar a Quarta Onda do movimento feminista, por sua composição formada por ativistas usuárias de redes sociais, como vias para denúncias e organizações coletivas contra o sexismo e misoginia (Chamberlain, 2016).

Segundo Cristiane Costa (2019), a autonomia e a liberdade oferecidas pela comunicação nas redes sociais favoreceu principalmente os movimentos marginalizados, pessoas pobres que se organizaram em ação política, especialmente em países cuja desigualdade é avassaladora em termos de políticas de direitos e acesso a eles. Ainda segundo a autora, essa explosão de usuárias das redes sociais para fins ativistas pode ser analisada tanto pela necessidade urgente das vozes tantas vezes silenciadas quanto pelo alcance político dessas vozes.

Esse breve histórico pode ser lido por diferentes lados, dentre os quais elencamos: pelo explícito esforço que mulheres têm se engajado ao longo de séculos em busca de representatividade e legitimidade, especificamente no mundo ocidental, em diferentes espaços, aqui nomeadamente na busca por direitos sociais e na produção de conhecimento; pelo árduo movimento de questionar o *status quo*, em busca da superação e sustentação de estruturas de poder, inclusive dentro de movimentos sociais de grupos historicamente, mas diferentemente, marginalizados; pelos avanços alcançados, e especialmente, no esforço legítimo que se faz para que sejam alcançados, tanto em relação aos entendimentos referentes à coexistência de múltiplos entendimentos do que é ser mulher quanto em relação às diferentes proposições metodológicas científicas e pela relação existente entre a legitimação do que é conhecimento, situado em seu debate epistemológico, e suas repercussões nas vidas cotidianas, ou seja, nas possibilidades plurais de existir.

Interfaces com a pesquisa construcionista social

As problematizações propostas pelas autoras citadas anteriormente levam a reflexões de outras formas de pensar, a partir de repertórios não-hegemônicos, e à possibilidade da criação de novos discursos e outros problemas. Então constitui-se tema indispensável para as pesquisadoras construcionistas sociais, que é a relação entre novos discursos e novas realidades construídas. Tais questionamentos centram-se especialmente na natureza da verdade, conhecimento e linguagem (Gergen, 2001). Nesse entendimento, quando conversamos e coordenamos movimento em comunidades, criamos mundos a partir da postulação da linguagem como produtora de ação, pelo seu caráter performático (McNamee, 2017).

Para situar e resumir os entendimentos da pesquisa construcionista social, apresentamos seus elementos, conforme descritos por Kenneth Gergen (1999, 2015), especialmente enfatizando a relação direta entre discurso e realidade, que a epistemologia construcionista social incorpora em sua *práxis*:

1. A especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo – não há relação essencial entre as palavras e a realidade que elas descrevem. As próprias descrições de mundo são construções da realidade.
2. A primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento – as explicações de mundo são resultadas pelos significados que construímos em relacionamento, então o significado das palavras decorre do seu uso social.
3. A interligação entre conhecimento e ação – diferentes formas de descrever o mundo implicam diferentes formas de ação social, de maneira que as verdades que criamos sustentam nossas formas de ação no mundo.
4. A valorização de uma postura crítica e reflexiva – o que é tido como certo e verdade pode ser repensado, incluindo as tradições e como elas refletem nossas ações e formas de viver.

O construcionismo social pode ser definido como um movimento crítico e interdisciplinar que se sustentou sobretudo na problematização de visões essencialistas sobre realidades sociais, apontando o papel importante da linguagem, do contexto e das interações sociais na construção do mundo em que vivemos (Gergen & Gergen, 2010; Spink & Frezza, 1999). Dessa maneira, interessa a esta epistemologia o estudo das escolhas de determinadas palavras ao invés de outras e como tais refletem em ações. A partir dessa compreensão, o conhecimento é visto como produto relacional, decorrente de um dado contexto social, histórico e cultural, circunscrito entre os membros de uma comunidade específica (Nogueira, 2001).

Em sua difusa origem, o movimento construcionista social, como mencionado por Kenneth Gergen e Mary Gergen (2010), se vale de diferentes epistemologias e teorias como contribuintes para sua própria sustentação epistemológica. No que diz respeito à influência dos estudos feministas, pesquisadoras construcionistas sociais encontram espaço para suas inquietações a respeito da diversidade, e adicionam seus incômodos acerca dos formatos da ciência, iluminando aspectos formais da racionalidade como fundamentalmente masculinos. Entendimentos convencionais do que é ciência referem-se ao modelo purista, de cientistas estereotipados dentro de laboratórios, estudando sobre qualquer assunto, exceto as relações humanas (Neves & Nogueira, 2003; Rago, 1998).

Feministas contestam esse ideal e propõem novas possibilidades das múltiplas imagens que podem assumir pesquisadoras e suas pesquisas, apoiando-se na ciência como promotora e sustentadora de discursos que são transmitidos e compartilhados culturalmente. Segundo Harding (1991) as ciências democráticas devem ser capazes de distinguir entre como as pessoas querem o mundo e como ele está, em busca de transformações sociais futuras. O que também é chamado por Kenneth Gergen (2016) como pesquisa visionária, feita por pessoas que, ao desenvolverem pesquisa, também atuam como agentes de transformação social.

Mais adiante, Harding (1993, p. 11) sugere que é um “delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma ‘normal’ com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes”. Esse posicionamento em aberto e receptível a múltiplas abordagens, em constante transformação, aloca a ciência e epistemologias feministas ao lado de outras formas de fazer ciência e epistemologias, e não se pretende superior.

Dessa maneira, destacamos algumas aproximações entre interesses e modos de fazer pesquisa feminista pós-moderna e construcionista social, como aportes epistemológicos, sustentadas por Mary Gergen (2001): a crítica como atividade científica; valores sociais e políticos integrados ao trabalho científico; o entendimento de que os limites da linguagem são limites dos nossos mundos, e como a descrição das múltiplas vozes por meio da etnografia podem compor noções mais diversas sobre os mundos; modos de narrativas de vidas, como ficcionais e artísticas; a reflexividade como forma de compor o texto e o fazer científico; a performatividade para além do texto escrito (Gergen & Gergen, 2010). Tais temas vestem-se inevitavelmente por valores sociais, éticos, estéticos e políticos e, ao mesmo tempo, requerem métodos que deem conta de expressar sua complexidade (Gergen, 2015).

Encontros e tensões entre ambas as epistemologias

Afirmar pressupostos e postulações de uma pesquisa denominada feminista construcionista social neste momento pode responder a algumas necessidades, dentre as quais pode ser fundamental o próprio reconhecimento dos avanços das teorizações e ativismos da ciência feminista no século XXI, com efeitos em transformações epistemológicas. O movimento construcionista social, ora reconhecido com método de pesquisa, mas fundamentalmente uma epistemologia, deve ser atualizado conforme avançam os movimentos sociais e se constroem novos conceitos, sendo esses vivos em sua fluidez, fundamentando argumentação capazes de transformar a relação das pessoas com a vida.

Algumas autoras inseridas no campo de estudo da própria interface apontam alguns avanços no encontro entre as pesquisas feministas e a pesquisa construcionista social. Vale ressaltar que Margareth Rago (1998) problematiza o processo de construção de uma denominada epistemologia feminista, sugerindo sua articulação com os pressupostos pós-modernos, que também se refere aos modos de operar no campo da ciência construcionista social. Dessa maneira, entende que o que pretendem e fazem as feministas pós-modernas é a construção de uma nova linguagem, em um contradiscurso feminista emancipador.

Joan Biever, Cynthia Fuentes, Lisa Cashion, e Cynthia Franklin (1998) entendem que dentre o que aproxima as feministas pós-modernas ao construcionismo social está: a importância do contexto social para entendimentos de relacionamentos, interações e comportamentos; o ceticismo para crenças comuns a respeito de verdade, conhecimento, poder, *self* e linguagem; a análise de poder aos entendimentos que legitimam a dominação masculina ocidental e a valorização e respeito à diversidade. Ao mesmo tempo, propõem que entre as principais distinções está o posicionamento político explícito nas produções feministas em busca de mudanças de práticas e ambientes sexistas.

Barbara Marshall (2008), dez anos depois, concorda com as autoras, indicando as similaridades e discrepâncias entre feminismos e construcionismo social, e adiciona que as aproximações não apenas existem, mas se fazem necessárias. Segundo a autora, ao situar as palavras

como possíveis de revolucionar as práticas, as feministas construcionistas sociais propõem que novas produções de vocabulários e sentidos como sexo, gênero, papéis de gênero, identidade de gênero, ordem de gênero, sistema de sexo/gênero, patriarcado, identidade de gênero, problema de gênero, entre outras, puderam promover novas práticas sociais.

Judith Lorber (2008) retoma os aspectos estruturais influentes nessa construção, que é complementar ao processo interativo entre pessoas. Dessa maneira, o processo de significação com foco nas organizações do trabalho, sistemas de controle social como leis, medicina e produção de conhecimento (especialmente a ciência) passaram a ser de interesse para as explicações acerca das questões mais importantes para os estudos feministas. Não apenas conceituação, problematização e reconstrução das significações sobre gênero, muito caras para os estudos feministas; as pesquisadoras feministas construcionistas sociais se debruçam nas interações e nuances em que o patriarcado se faz presente.

Assim, ao retomar as reflexões a respeito dos feminismos decoloniais e interseccionais, a crítica feminista mais atual diz respeito aos formatos particularistas, ideológicos, racistas e sexistas (Gomes, 2018; Nuñez, 2019; Rago, 1998), portanto saberes e pensamentos colonizados, excludentes e incapazes de compreender em suas produções a diferença. Podemos, portanto, apontar aproximações que dialogam com as apresentadas pelas autoras citadas, bem como explorar outros dois aspectos provenientes dessa reflexão: a dimensão relacional da explicação dos fenômenos humanos e a alocação dos debates de gênero pela perspectiva performática.

Em primeiro lugar, apontamos a aproximação entre os saberes feministas e construcionistas sociais e a dimensão relacional, que oferece explicação para os fenômenos humanos. Dessa maneira, a psicologia feminista construcionista social não está interessada em compreender o que é humano a partir do “sujeito” (explicação individualista e fundamentada na métrica masculina ocidental), mas sim na dinâmica cultural, interseccional e decolonial (Nuñez, 2019; Rago, 1998).

Em segundo lugar, destacamos a compreensão de gênero como construção social, uma vez que são desnaturalizadas as explicações sexuais, e gênero passa a ser situado na dimensão relacional, social, política e discursiva (Gomes, 2018; Marshall, 2008; Nogueira, 2017).

É válido mencionar o texto de Vera Paiva (2008), em que desenvolve como as ideias construcionistas sociais puderam contribuir com os debates no campo dos estudos sexualidade e gênero. A autora destaca o movimento de ampliação da compreensão a respeito do sexo, a partir de uma ótica do instinto e impulso para uma verdade pela crítica da construção social. Para tanto, dialoga com textos marcantes para o debate, como o ensaio de Gayle Rubin (1975), que tem sido reconhecido como central para o questionamento das “noções essencialistas que atribuíam à sexualidade e à reprodução a origem da desigualdade de gênero” (p. 644).

Nesse contexto de compreensão, algumas autoras apontam que o debate sobre as questões de gênero se situa mais a partir da performance que no discurso (Marshall, 2008; Nogueira, 2017; Paiva, 2008). Assim, Rachel Hare-Mustin (2004) entende que gênero é uma construção social sustentada por diferentes processos que estão associados a como a sociedade negocia e legitima a socialização e educação de crianças baseadas no binarismo de gênero, na construção de arranjos sociais baseados em tal binarismo, na configuração rígida acerca do casamento (que privilegia noções patriarcais e sexistas) e a na própria linguagem como descritora e construtora das diferenças de gênero.

No que diz respeito às tensões entre as duas epistemologias, apresentamos alguns pontos. Em primeiro lugar, algumas autoras vão destacar que a epistemologia feminista nasce com uma base política mais implicada que o construcionismo social, às vezes reconhecido por certo

relativismo (Biever et al., 1998; Marshall, 2008). Ao estarmos ancoradas em ambas as epistemologias, não concordamos que haja relativismo no construcionismo social, mas afirmamos que há ênfases diferentes, apesar de muitas aproximações, como já mencionado.

Enquanto o principal interesse do construcionismo social está em investigar as construções linguísticas e como elas explicam e dão sentido ao mundo e a nós mesmas (Gergen, 1999), as epistemologias feministas estão interessadas em propor uma nova linguagem (Rago, 1998). Dessa maneira, as pesquisas construcionistas sociais, fundamentadas nas diferenças de poder dos discursos hegemônicos, buscam construir junto com pessoas novos sentidos sobre o mundo, de maneira implicada e ética.

As pesquisas feministas, por sua vez, reconhecem um mundo construído a partir de uma lógica patriarcal e colonialista. Tais estudos oferecem reformulações no interior de teorias, incorporando a crítica feminista do fazer científico, o que gerou muitos incômodos nas formulações originais e tradicionais das teorias, notadamente androcêntricas (Rago, 1998). Assim, podemos ressaltar que as pesquisas feministas surgem em decorrência de reivindicações de mulheres sobre o cotidiano e o interior de instituições no que diz respeito ao processo de produção de conhecimento.

Ademais, dentre alguns aspectos da *práxis* da psicologia construcionista social está o fomento ao diálogo e colaboração. Algumas pesquisadoras e terapeutas feministas vão questionar a possibilidade da prática de alguns pressupostos pós-modernos sem considerar as diferenças de poder marcada na construção das identidades (Hare-Mustin, 2004), o que explicaria tal argumento por parte das pesquisadoras feministas sobre o relativismo do construcionismo social.

Outro aspecto de tensão entre o construcionismo social e as pesquisas feministas está na legitimidade de questões emocionais. Para o construcionismo social, as emoções são compreendidas como um jogo de linguagem interacional, que favorece a construção de determinados significados para expressões emocionais (Rom Harré, 1986). Já as feministas estão menos interessadas em compreender o processo de construção das emoções como um aspecto interacional, e mais voltadas no estudo das emoções como um campo de interesse das mulheres, uma vez que são reconhecidas como predominantemente femininas, portanto, construindo argumento e repertório como interpretações sobre o mundo a partir da lógica do sensível.

Tais formulações também guardam relação com a própria dicotomização entre razão x emoção; objetividade x subjetividade; corpo x mente, tão marcadas na lógica empirista e androcêntrica (Rago, 1998). Portanto, o reconhecimento da subjetividade – incluindo em sua compreensão a dimensão emocional – para as explicações de mundo conta de um aspecto central das pesquisas feministas. O que marca também a busca de novos vocabulários, a fim de ultrapassar maneiras androcêntricas de explicar e qualificar as interações humanas.

Para finalizar, outro ponto de tensão entre as epistemologias diz respeito à forma de apresentação das pesquisas, referente também à intenção feminista de ampliação das maneiras de contar nossas histórias (Gergen, 2001; Rago, 1998). A historização feminista busca romper com hierarquias, dicotomias e binarismos, e com narrativas formuladas com base no que é “bom” e em “sucessos” muitas vezes ancoradas em métricas masculinas. Assim, pesquisas que contem sobre a vida de mulheres, com seus detalhes de um cotidiano subjetivo, que problematize noções hegemonicamente formuladas, em formato de pesquisa narrativa e performance artística também são propostas enfatizadas pelas pesquisas feministas.

Reflexões

É indiscutível o reconhecimento da importância dos debates feministas e seus desdobramentos. Falar em feminismo é falar nas dificuldades e desafios cotidianos que diferentes mulheres vivem com seus diferentes corpos, também no orgulho em compor uma história de resistência e luta, que se fazem na construção social de diferentes grupos de mulheres. O movimento construcionista social, ao se interessar em discutir a dimensão política do cotidiano, responde atentamente ao se filiar aos avanços que aqueles estudos têm representado no campo social (nas ruas, na arte e mídia), bem como no campo científico.

Nesse sentido, apontar para uma pesquisa feminista construcionista social nos parece pertinente, pois sugerimos o caráter politizado em relação às questões que envolvem o debate de gênero das pesquisas feministas pós-modernas, associado às explicações ontológicas relacionais da pesquisa construcionista social. Ainda, essa conexão dos valores também amplia a difusão das ideias em comum para as comunidades, com efeitos para um compartilhamento maior de reflexões pertinentes para a transformação do mundo.

O desenvolvimento de tais pesquisas pode, portanto, contribuir para o campo de desenvolvimento de reflexões e práticas terapêuticas no campo da Psicologia, por exemplo. Podemos estar mais atentas como psicólogas a refletir sobre a corporeidade que assumem os discursos hegemônicos, em diferentes contextos de atuação terapêutica, para que haja mudanças em termos de pedidos, acordos, reconhecimento, mudanças, entre outras expressões também de ordens subjetivas. Esse é um processo de construção e mudança notável ao qual o campo das práticas terapêuticas, que trabalha especialmente com nuances e microinterações, deve se alinhar para que preconceitos, sexismos, racismos, entre outras formas de microagressões, não sejam reproduzidas, tampouco aceitáveis mesmo que autuadas de forma imperceptível.

Assim como sugerem Kenneth Gergen e Mary Gergen (2011), é necessário pensar em como as produções das ciências sociais verdadeiramente beneficiam a cultura e o bem-estar humano de maneira geral. Quando apostamos em alargar o que entendemos como expressão científica, convidamos as mais variadas formas de comunicação humana para esse entendimento. Este artigo tem como principal contribuição o convite para que a comunidade científica se aproxime dos movimentos sociais feministas, reconhecendo suas demandas latentes e urgentes para transformação da sociedade.

Referências

- Biever, Joan, Fuentes, Cynthia, Cashion Lisa, & Franklin, Lisa** (1998). The social construction of gender: A comparison of feminist and postmodern approaches. *Counselling Psychology Quarterly*, 11(2), 163-179.
- Chamberlain, Prudence** (2016). Affective temporality: Towards a fourth wave. *Gender and education*, 28(3), 458-464. <https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1169249>.
- Costa, Cristiane** (2019). Rede. In Heloisa B. Hollanda (Ed.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (pp. 43-60). Companhia das Letras.
- Crenshaw, Kimberlé** (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Unifem*, 1(1), 7-16.
- Gergen, Kenneth & Gergen, Mary** (2008). Social constructionism and psychological inquiry. In James A. Holstein & Jaber F. Gubrium, J. (Eds.). *Handbook of Constructionist research*. (pp. 171-188). New York London: The Guilford Press.
- Gergen, Kenneth J.** (1999). *An invitation to social construction*. Sage.
- Gergen, Kenneth J.** (2015). From mirroring to world-making: Research as future forming. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 45(3), 287-310. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12075>
- Gergen, Kenneth J.** (2016). Toward a visionary psychology. *Humanistic Psychologist*, 44(1), 03-17. <https://doi.org/10.1037/hum0000013>
- Gergen, Mary** (2001). *Feminist reconstructions in psychology: Narrative, gender, and performance*. Sage
- Gergen, Mary** (2008). Qualitative methods in Feminist Psychology. In Carla Willig & Wendy Sinton-Rogers (Eds.), *Qualitative Research in Psychology* (pp. 280-295). Sage.
- Gergen, Kenneth J. & Gergen Mary** (2010). *Construcionismo Social: Um convite ao diálogo* (Gabriel Fairman, trad). Instituto Noos.
- Gergen, Kenneth J. & Gergen, Mary** (2011). Performative social science and psychology. *Historical social research*, 36(4), 291-299. <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.291-299>
- Gomes, Camilla Magalhães** (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 18(1), 65-82. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>
- Harding, Sandra** (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista (Vera Pereira, trad.). *Revista Estudos Feministas*, 1(1), 7-32. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>
- Harding, Sandra** (1991). Why “Physics” Is a Bad Model for Physics. In *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives* (pp. 77-103). Corneel University Press.
- Harding, Sandra G.** (Ed.). (2004). *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies*. Psychology Press.
- Hare-Mustin, R. T.** (2004). Can We Demystify Theory? Examining Masculinity Discourses and Feminist Postmodern Theory. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 24(1), 14-29. <https://doi.org/10.1037/h0091235>
- Harré, Rom** (1986). *The social construction of emotions*. Blackwell.
- Lorber, Judith** (2008). Constructin Gender: The dancer and the dance. In James A. Holstein & Jaber F. Gubrium, J. (Eds.), *Handbook of Constructionist research* (pp. 531-544). The Guilford Press.
- Marshall, Barbara** (2008). Feminism and Constructionism. In James A. Holstein & Jaber F. Gubrium, J. (Eds.). *Handbook of Constructionist research* (pp. 687-800). New York London: The Guilford Press.
- McNamee, Sheila** (2017). Pesquisa como construção social: investigação transformativa. In Marilene Grandesso (Ed.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (pp. 459-481). CRV.

- Montenegro-Ribeiro, Diana, Nogueira, Conceição, & Magalhães, Sara Isabel** (2021). As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. Sul-Sul: *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 1 (3), 57-76. <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780/989>
- Moraes, Andrea & Farias, Patrícia S.** (2018). Na academia. In Heloisa B. Hollanda (Ed.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (pp. 205-238). Companhia das Letras.
- Narvaz, Martha Giudice, & Koller, Sílvia Helena** (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição** (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200004>
- Nogueira, Conceição** (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Devires.
- Nogueira, Conceição, Saavedra, Luisa, & Costa, Cecília** (2008). (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *Pro-Posições*, 19(2), 59-79. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200006>
- Nuñez, Geni** (2019). *Descolonização do pensamento psicológico*. Boletim CRP/SC. https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf
- Paiva, Vera** (2008). A Psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, 13 (4), 641-651.
- Rago, Margareth** (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In *Masculino, feminino, plural* (pp. 24-42). Mulheres.
- Rubin, Gayle** (1975). The traffic in women: Notes on the political economy of sex. In R. Reiter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women* (pp. 157-210). Monthly Review.
- Segato, Rita** (2021). O sexo e a norma: frente estatal-empresarial-midiática-cristã. In *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda* (pp. 121-164). Bazar do tempo.
- Spink, Mary Jane P. & Frezza, Rose Mary** (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia social. In *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). Cortez.

DOMITILA SHIZUE KAWAKAMI GONZAGA

<http://orcid.org/0000-0001-6465-1011>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP-USP.

E-mail: domitila.psicologa@gmail.com

CARLA GUANAES-LORENZI

<https://orcid.org/0000-0001-6263-9078>

Professora Associada 2 do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP. Doutora em Psicologia pela USP, com estágio de pesquisa na University of New Hampshire (EUA) e Livre-Docência na área de Práticas Grupais: Teorias e Técnicas, junto ao Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP.

E-mail: carlaguanaes@usp.br

CONCEIÇÃO NOGUEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-9152-754X>

Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. PhD in Social Psychology - Universidade do Minho.

E-mail: cnogueira@fpce.up.pt

| | |
|---------------------------------|---|
| Histórico | <p>Submissão: 05/04/2021</p> <p>Revisão: 15/04/2022</p> <p>Aceite: 18/04/2022</p> |
| Contribuição dos autores | <p>Concepção: DG, CG; CN.</p> <p>Coleta de dados: DG, CG; CN.</p> <p>Análise de dados: DG, CG; CN.</p> <p>Elaboração do manuscrito: DG.</p> <p>Revisões de conteúdo intelectual importante: DG, CG; CN.</p> <p>Aprovação final do manuscrito: DG, CG; CN.</p> |
| Financiamento | <p>Processos nº 2016/25882-4 e 2018/16490-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).</p> |